

VALORIZAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO CURRÍCULO DE CIÊNCIAS HUMANAS: UM OLHAR PARA A DIVERSIDADE CULTURAL

Bruna Daniele Silva dos Santos ¹
Gleica Rodrigues de Souza ²
Pedro Luis Militão ³
Letícia de Oliveira Cintra Morethes ⁴
Lisângela Kati do Nascimento ⁵

INTRODUÇÃO

Os povos e comunidades tradicionais no Brasil compreendem uma população de mais de 5 milhões de pessoas, de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (NASCIMENTO, 2021), incluindo 28 grupos culturalmente diferenciados. Este trabalho apresenta reflexões sobre a identidade e a importância destes grupos para a preservação ambiental dos biomas brasileiros e tem como questão central: em que medida torna-se importante incluir temas relacionados aos povos e comunidades tradicionais nos currículos de Ciências Humanas da educação básica? Trata-se do resultado de pesquisas iniciadas durante a realização das disciplinas de Laboratório de Práticas Integradoras I e Estágio Supervisionado em Ciências Humanas, em 2023, no curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC e que continuaram em 2024 por meio de grupos de pesquisa.

Constituíram-se objetivos desta pesquisa: 1) compreender a relação entre o modo de vida e as práticas sustentáveis de utilização dos recursos naturais com a preservação dos biomas 2) compreender a relação entre as políticas públicas e os direitos territoriais e culturais 3) analisar a relevância de integrar temas relacionados a essas comunidades no currículo de Ciências Humanas da educação básica, contribuindo para o reconhecimento e valorização de grupos invisibilizados e marginalizados na escola.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC - UFABC, bruna.santos@aluno.ufabc.edu.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC - UFABC, gleica.r@aluno.ufabc.edu.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC - UFABC, pedro.militao@aluno.ufabc.edu.br;

⁴ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do ABC - UFABC, leticia.cintra@aluno.ufabc.edu.br;

⁵ Professora orientadora: Mestre e Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo; Pós-doutora em Ciência Ambiental pelo Programa de Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo, Pesquisadora do NUPAUB/USP (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras), Professora Colaboradora da UFABC, São Paulo, lisangelakati@gmail.com

Partimos do pressuposto da necessidade de fortalecer a relação entre escola e comunidades tradicionais por meio de uma abordagem interdisciplinar que valoriza o conhecimento e as práticas desses povos e comunidades tradicionais presentes em todo o território nacional.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e análise de documentos. Como base teórica, destacamos os seguintes autores: Antônio Carlos Diegues, Carlos Rodrigues Brandão, Lisângela Kati do Nascimento e Alessandra Leal, os quais têm como foco de estudo as comunidades tradicionais; e Miguel Arroyo que nos traz importantes contribuições sobre currículo escolar; além de documentos relacionados à legislação e normativas sobre comunidades tradicionais. A pesquisa tem sido desenvolvida de forma coletiva em encontros do GEG - Grupo de Estudos de Geografia da UFABC e do NUPAUB-USP - Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras.

REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com o Decreto 6.040 de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), comunidades tradicionais são definidas como:

[...]grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto 6.040, art. 3º, § 1º).

Complementando essa definição, Diegues (2000) descreve as populações tradicionais como tendo as seguintes características:

[...]um conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; importância das simbologias, mitos rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativas; dependência com a natureza, os ciclos naturais, e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um modo de vida. (DIEGUES, 2000).

A relação entre o modo de vida e as práticas sustentáveis destas populações é fundamental para a preservação dos biomas, no entanto, essa percepção não é unânime. Em “O Mito Moderno da Natureza Intocada” de Diegues (1996), a ideologia preservacionista que fomenta a criação de parques, que excluem as comunidades de seus territórios, é criticada por desconsiderar a importância dessas populações na manutenção e preservação ambiental. De acordo com os argumentos de Diegues, é possível concluir que essas comunidades possuem um conhecimento profundo e uma relação intrínseca com o meio ambiente, o que é essencial para a sustentabilidade e preservação dos biomas.

Neste sentido, compreendemos que “as comunidades não se fazem “tradicionais” por meio de alguns traços “folclorizáveis” de sua cultura. Elas se tradicionalizam como uma estratégia de defesa.” (BRANDÃO E LEAL, 2012). “Cabe ressaltar também que a produção desses povos e comunidades é marcada por ritmo e lógica próprios... estruturadas com base nos princípios de autonomia e liberdade, o que não combina com a completa subordinação ao mercado ou a qualquer outro patrão” (MINAS GERAIS, 2014). Essa autonomia é crucial para a preservação dos biomas, pois permite que as comunidades gerenciem suas práticas de maneira sustentável, respeitando os ciclos naturais e a biodiversidade local.

A inclusão desses temas nos currículos de Ciências Humanas é fundamental para que os alunos compreendam os processos históricos e geográficos que moldaram as políticas públicas e os problemas socioambientais atuais. Ignorar esses grupos contribui para a marginalização de suas histórias e valores culturais na sala de aula (NASCIMENTO, 2021).

A ausência desses sujeitos nos centros de produção e transmissão de conhecimento é intencional e faz parte de processos políticos de segregação (ARROYO, 2013). Essa exclusão histórica reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam e protejam os direitos territoriais e culturais dessas comunidades, garantindo sua presença e participação ativa nos espaços educativos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da revisão bibliográfica foi possível estabelecer reflexão sobre questões como a importância de um ensino de Ciências Humanas contextualizado e que

considere a diversidade cultural e social do Brasil, bem como sua importância para a formação humana.

No que se refere à inserção das comunidades tradicionais nos currículos, a análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Geografia revela que, apesar de ser mencionado que “não é possível discutir o desmatamento da Amazônia sem buscar compreender o processo de ocupação, a questão agrária, o ciclo da borracha, as populações indígenas [...], entre outros” (BRASIL, 1998, p. 119), ainda prevalece a invisibilidade de diversos grupos tradicionais, como ribeirinhos, seringueiros e quilombolas, que assim como os indígenas, são importantes para a preservação do bioma Amazônia.

Ainda na análise de documentos que pautam os currículos, identificamos que o Currículo Paulista, especialmente a habilidade EF07GE26, reconhece a importância dessas comunidades para a preservação da natureza. No entanto, não aborda a necessidade de lutas e resistências dessas populações para garantir seus direitos e a continuidade de suas práticas tradicionais. Essa omissão pode levar a uma visão incompleta da realidade enfrentada por essas comunidades. É fundamental que o currículo escolar contemple temas que reflitam a diversidade cultural e a pluralidade de experiências presentes na sociedade brasileira, bem como os conflitos e formas de resistências, para uma educação inclusiva e que valorize a riqueza cultural e ambiental do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão dos povos e comunidades tradicionais no currículo de Ciências Humanas é essencial para promover a diversidade cultural e valorizar as práticas sustentáveis que contribuem para a preservação dos biomas brasileiros. Este estudo reforçou a importância de um ensino contextualizado que reconheça e respeite a riqueza cultural desses grupos, integrando seus conhecimentos e práticas no processo educativo.

Para além de estudos generalistas, é de suma importância a inclusão específica de conteúdos relacionados às comunidades tradicionais locais e suas especificidades, caso as tenha na região onde a escola está inserida, para que seja estabelecida alguma relação entre os estudantes e o senso de pertencimento, representatividade e inclusão entre os membros da comunidade escolar pertencentes às comunidades tradicionais.

O conhecimento ancestral presente nessas comunidades deve ser destacado, enfatizando a importância de reconhecer a sabedoria acumulada ao longo dos séculos, promovendo a valorização das práticas tradicionais, a preservação dos biomas brasileiros e do patrimônio cultural.

Concluimos que é necessário o desenvolvimento de mais pesquisas que fomentem políticas públicas que garantam o direito aos territórios e políticas educacionais que incluam as comunidades tradicionais nos currículos. Para isso, as pesquisas não podem ser desenvolvidas “sobre as comunidades tradicionais”, de uma perspectiva onde elas são apenas o objeto de estudo, mas “com as comunidades tradicionais”, incluindo seus representantes de forma ativa no processo de construção do conhecimento.

Palavras-chave: Povos e Comunidades Tradicionais, Diversidade Cultural, Biomas, Ciências Humanas, Currículo.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Universidade Federal do ABC pelo Auxílio Evento cedido a autora principal deste trabalho para apresentação no X Congresso Nacional de Educação (X CONEDU) e ao Grupo de Estudos de Geografia da UFABC (GEG) por todo apoio na organização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. Revista da ANPEGE, v. 8, n. 09, p. 73-91, 2012.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, 2007.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- DIEGUES, Antonio Carlos. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DIEGUES, Antonio Carlos. et al. Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq, 2000. 189p. DI STASI, L.C. Plantas medicinais: Arte

MINAS GERAIS. Ministério Público. Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. Minas Gerais. 2014

NASCIMENTO, Lisângela Kati. Comunidades tradicionais e educação escolar: uma análise do currículo de Geografia do Estado de São Paulo (2011-2020). Boletim Campineiro de Geografia. São Paulo, v. 11, n. 2, 2021.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Currículo Paulista. São Paulo: Secretaria da Educação, v. 1, 2020.